

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Data Entrega: 12/08/2019

Data Referência: 30/06/2019

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil)	30/06/2019
-----------------------	------------

Do Capital Integralizado

Ordinárias	1.308.194.522
------------	---------------

Preferenciais	1.308.194.522
---------------	---------------

Total	2.616.389.044
-------	---------------

Em Tesouraria

Ordinárias	0
------------	---

Preferenciais	0
---------------	---

Total	0
-------	---

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2019	31/12/2018
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9	9
1	Ativo Total	2.368.510	2.360.075
1.01	Ativo Circulante	30.464	40.420
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.516	13.861
1.01.03	Contas a Receber	21.616	21.489
1.01.03.01	Clientes	21.616	20.395
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.094
1.01.04	Estoques	2.535	2.287
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.206	718
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.206	718
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.591	2.065
1.02	Ativo Não Circulante	2.338.046	2.319.655
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.527	28.447
1.02.01.07	Tributos Diferidos	11.425	8.976
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.425	8.976
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	15.572	18.938
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	521	524
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	521	524
1.02.03	Imobilizado	3.784	4.605
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.784	4.605
1.02.04	Intangível	2.306.735	2.286.603
1.02.04.01	Intangíveis	2.306.735	2.286.603
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.306.735	2.286.603

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2019	31/12/2018
2	Passivo Total	2.368.510	2.360.075
2.01	Passivo Circulante	228.295	226.053
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.778	5.479
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.778	5.479
2.01.02	Fornecedores	26.873	33.795
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.873	33.790
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	5
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.749	4.095
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.035	1.921
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	602	318
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	1.208	1.308
2.01.03.01.03	INSS terceiro	225	295
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.714	2.174
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	176.061	158.047
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	129.596	141.158
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	129.596	141.158
2.01.04.02	Debêntures	46.465	16.889
2.01.05	Outras Obrigações	14.834	24.637
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.364	14.614
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	6.364	14.614
2.01.05.02	Outros	8.470	10.023
2.01.05.02.04	Concessão de serviço público	970	504
2.01.05.02.05	Receita diferida	6.639	8.805
2.01.05.02.06	Outros	861	714
2.02	Passivo Não Circulante	1.446.825	1.519.154
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.211.477	1.301.440
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	284.729	358.306

2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	284.729	358.306
2.02.01.02	Debêntures	926.748	943.134
2.02.02	Outras Obrigações	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	143	143
2.02.04	Provisões	194.966	176.233
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.900	57.782
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.009	4.924
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	53.891	52.858
2.02.04.02	Outras Provisões	135.066	118.451
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	135.066	118.451
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	40.239	41.338
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	40.239	41.338
2.03	Patrimônio Líquido	693.390	614.868
2.03.01	Capital Social Realizado	1.180.000	1.180.000
2.03.02	Reservas de Capital	519.500	380.500
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	519.500	380.500
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.006.110	-945.632

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	121.511	242.694	101.619	194.157
3.01.01	Receita de Pedágio e Acessórias	87.891	175.737	71.544	150.339
3.01.02	Receita de Construção	33.620	66.957	30.075	43.818
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-95.403	-188.271	-83.379	-149.168
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-61.783	-121.314	-53.601	-105.784
3.02.02	Custos de Construção	-33.620	-66.957	-29.778	-43.384
3.03	Resultado Bruto	26.108	54.423	18.240	44.989
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.196	-25.165	-9.066	-19.554
3.04.01	Despesas com Vendas	59	76	152	160
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.255	-25.241	-9.218	-19.714
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.912	29.258	9.174	25.435
3.06	Resultado Financeiro	-50.047	-92.183	-42.736	-83.972
3.06.01	Receitas Financeiras	1.615	2.866	1.636	3.420
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.662	-95.049	-44.372	-87.392
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-39.135	-62.925	-33.562	-58.537
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.226	2.447	1.039	2.149
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-37.909	-60.478	-32.523	-56.388
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-37.909	-60.478	-32.523	-56.388
3.99.01.01	ON	-0,0140	-0,0230	-0,0120	-0,0220
3.99.01.02	PN	-0,0140	-0,0230	-0,0120	-0,0220
3.04.01.01	Outras receitas operacionais, líquidas	59	76	152	160

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-37.909	-60.478	-32.523	-56.388
4.03	Resultado Abrangente do Período	-37.909	-60.478	-32.523	-56.388

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.627	53.099
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.951	41.839
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-62.925	-58.537
6.01.01.02	Margem bruta de construção	0	-434
6.01.01.03	Depreciação e amortização	48.675	49.014
6.01.01.05	Provisão para manutenção	16.615	12.222
6.01.01.06	Provisão para riscos	2.118	1.267
6.01.01.07	Receita diferida	0	-6.664
6.01.01.08	Variações monetárias,cambiais e encargos	44.694	43.264
6.01.01.09	Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	0	67
6.01.01.10	Provisão para créditos duvidosos	0	-835
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.324	11.260
6.01.02.01	Créditos a receber	-1.221	2.130
6.01.02.02	Estoques	-248	-210
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-488	-291
6.01.02.04	Adiantamentos	474	127
6.01.02.05	Depósitos judiciais	3.367	-429
6.01.02.07	Fornecedores	-12.581	-752
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	-346	-487
6.01.02.09	Salários e encargos sociais a recolher	1.299	-1.142
6.01.02.11	Partes relacionadas	-7.154	10.936
6.01.02.12	Outros	-5.308	-2.533
6.01.02.13	Receita diferida	-3.265	3.664
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-62.327	-35.035
6.02.01	Aplicação Financeira	0	3.299
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-273	-193

6.02.03	Aquisição intangível	-62.054	-38.141
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.355	-50.791
6.03.03	Juros pagos	-34.859	-40.832
6.03.04	Pagamento de empréstimos	-81.786	-79.959
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.345	-32.727
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.861	41.531
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.516	8.804
6.01.01.11	Constituição de outorga variável	5.774	2.475
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	147	247
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	139.000	70.000

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2019 à 30/06/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.180.000	380.500	0	-945.632	0	614.868
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.180.000	380.500	0	-945.632	0	614.868
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	139.000	0	0	0	139.000
5.04.01	Aumentos de Capital	0	139.000	0	0	0	139.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-60.478	0	-60.478
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-60.478	0	-60.478
5.07	Saldos Finais	1.180.000	519.500	0	-1.006.110	0	693.390

01/01/2018 à 30/06/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.180.000	205.000	0	-855.582	0	529.418
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.180.000	205.000	0	-855.582	0	529.418
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	70.000	0	0	0	70.000
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	70.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.388	0	-56.388

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.388	0	-56.388
5.07	Saldos Finais	1.180.000	275.000	0	-911.970	0	543.030

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	259.766	209.813
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	192.735	164.999
7.01.02	Outras Receitas	74	161
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	66.957	43.818
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	0	835
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-141.383	-92.848
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-68.904	-44.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.468	-48.128
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-11	-56
7.03	Valor Adicionado Bruto	118.383	116.965
7.04	Retenções	-48.675	-49.014
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-48.675	-49.014
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	69.708	67.951
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.866	3.420
7.06.02	Receitas Financeiras	2.866	3.420
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	72.574	71.371
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	72.574	71.371
7.08.01	Pessoal	13.277	22.659
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.361	10.879
7.08.01.02	Benefícios	3.246	3.528
7.08.01.03	F.G.T.S.	672	919
7.08.01.04	Outros	-2	7.333
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.684	17.432
7.08.02.01	Federais	7.688	7.067
7.08.02.02	Estaduais	5.863	2.567
7.08.02.03	Municipais	9.133	7.798

7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.091	87.668
7.08.03.01	Juros	54.689	86.987
7.08.03.02	Aluguéis	2.042	275
7.08.03.03	Outras	40.360	406
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-60.478	-56.388
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-60.478	-56.388

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2019	31/12/2018
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/06/2019	31/12/2018
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019	01/04/2018 à 30/06/2018	01/01/2018 à 30/06/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2019 à 30/06/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível



Sempre em Evolução

UMA EMPRESA
invepar
RODOVIAS



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

2T19
& 6M19

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DRI@cart.invepar.com.br
<http://cart.ri.invepar.com.br>

RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA AUMENTOU 22,8% NO 2º TRIMESTRE E 16,9% NO 1º SEMESTRE DE 2019

EBITDA AJUSTADO CRESCEU 10,3% E 9,6% NOS MESMOS PERÍODOS

DESTAQUES

**VEÍCULOS EQUIVALENTES PAGANTES – VEPs
AUMENTARAM 11,8% NO 2T19 E 6,2% NO 6M19**

- Cabe lembrar que no 2T18, especificamente entre os dias 21 a 31 de maio, ocorreu a greve dos caminhoneiros, prejudicando o tráfego de veículos nas rodovias administradas pela CART.
- Colocando os números na mesma base de comparação, ou seja, desconsiderando o período de 21 a 31 de maio, o resultado da CART é um crescimento de 3,7% no 2T19 e de 2,7% no 6M19 em relação aos mesmos períodos de 2018.

**RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA: CRESCIMENTO DE
22,8% 2T19 E DE 16,9% NO 6M19**

- O aumento na Receita Líquida Ajustada é reflexo do maior número de VEPs e de reajuste tarifário contratual e revisão tarifária ocorridos no período.

**EBITDA AJUSTADO AUMENTOU 10,3% NO 2º
TRIMESTRE E 9,6% NO PRIMEIRO SEMESTRE DE
2019**

- O crescimento do EBITDA do 6M19 está relacionado ao aumento verificado na Receita Operacional Líquida, beneficiada pela melhora na performance operacional e pelo reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão, por meio de reajuste tarifário.

**O RESULTADO DO EXERCÍCIO FICOU NEGATIVO EM
R\$ 37,9 MILHÕES NO 2T19 E R\$ 60,5 MILHÕES NO
6M19**

- Em ambos os períodos, a piora do resultado é explicada pelo aumento da Despesa Financeira relacionada à 2ª emissão de debêntures.

Indicadores Selecionados (Mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
VEPs ¹	12.334	11.035	11,8%	24.678	23.240	6,2%
Receita Líquida Ajustada ² (R\$)	87.891	71.544	22,8%	175.737	150.339	16,9%
EBITDA Ajustado ³ (R\$)	43.522	39.455	10,3%	94.549	86.238	9,6%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R\$)	(37.910)	(32.524)	16,6%	(60.478)	(56.388)	7,3%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

³ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

Bauri, 12 de agosto de 2019. A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 2T19 e do acumulado no 6M19. Foram realizadas comparações com os mesmos períodos de 2018, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Jun/19 sobre Jan-Jun/18): Brasil	3,6%	5,2%	4,0%
Acumulado 2º Trimestre (Abr-Jun/19 sobre Abr-Jun/18): Brasil	5,7%	8,6%	6,3%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

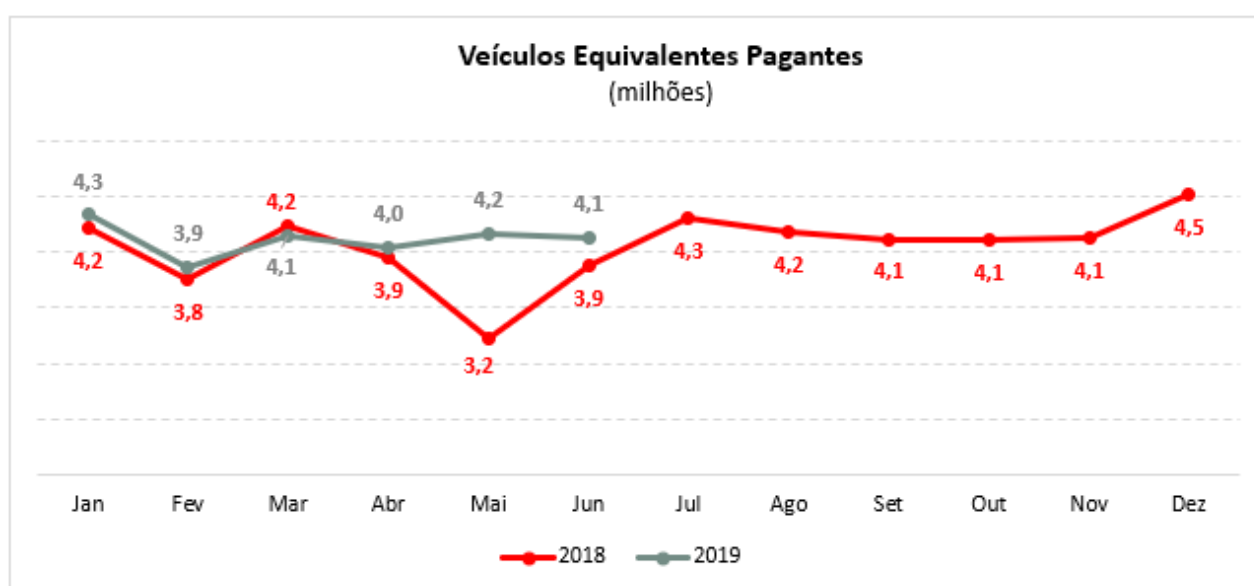
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

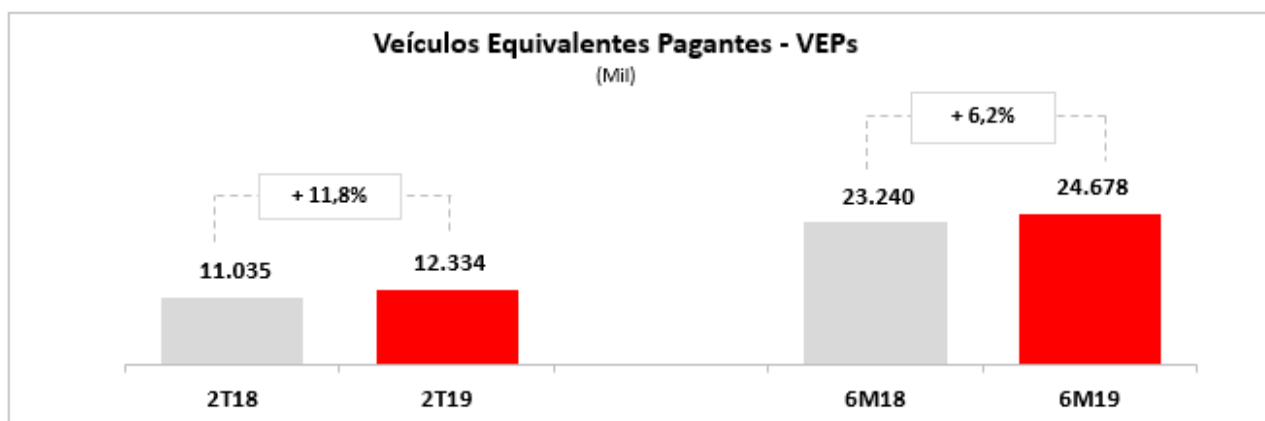
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 6,3% no fluxo total de veículos no segundo trimestre de 2019, com crescimento expressivo de 8,6% em veículos pesados e de 5,7% em veículos leves. No entanto, esses indicadores devem ser analisados com cautela pois eles estão sob efeito da greve dos caminhoneiros ocorrida de 21 a 31 maio de 2018, que reduziu substancialmente o fluxo de veículos pelas rodovias.

Desempenho Operacional (Mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
VEPs¹	12.334	11.035	11,8%	24.678	23.240	6,2%
Veículos Leves	3.814	3.504	8,8%	7.981	7.639	4,5%
Veículos Pesados	8.520	7.531	13,1%	16.697	15.601	7,0%
Tráfego²	5.942	5.365	10,8%	12.175	11.413	6,7%
Veículos Leves	3.868	3.553	8,8%	8.090	7.730	4,6%
Veículos Pesados	1.956	1.700	15,1%	3.855	3.462	11,3%
Veículos Isentos	119	112	5,4%	230	220	4,5%
Tarifa Média (R\$)	7,47	6,76	10,4%	7,46	6,76	16,7%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia



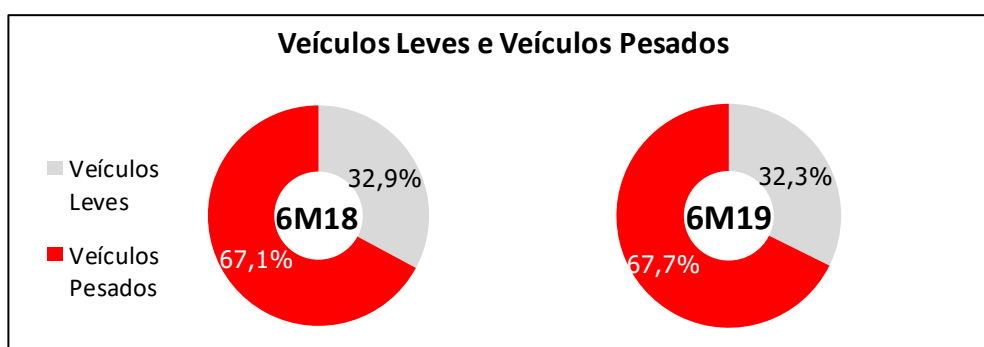


O fluxo de veículos nas rodovias administradas pela CART se assemelha ao perfil nacional, com maior volume de veículos pesados em relação aos veículos leves. No 2T19, o fluxo de VEPs cresceu 11,8% em comparação com o ano anterior, com aumento de 13,1% em veículos pesados e de 8,8% em veículos leves. Nos seis primeiros meses do ano, as nove praças de pedágio da CART registraram 24,7 milhões de Veículos VEPs, um crescimento de 6,2% na comparação com o mesmo período de 2018. Destaque para a performance de veículos pesados, que representam cerca de 68% do tráfego e apresentaram crescimento de 7,0%. Em veículos leves, verificou-se aumento de 4,5% no 6M19 comparado ao 6M18.

Os resultados do 2T19 e dos 6M19 apresentam, em parte, os efeitos da greve dos caminhoneiros, que ocorreu no período de 21 a 31 de maio de 2018 e impactou diretamente o fluxo de veículos pesados e leves. Colocando os números de 2019 e de 2018 na mesma base de comparação, o resultado é de crescimento de 3,7% no 2T19 e de 2,7% no 6M19 em relação aos mesmos períodos de 2018.

Cabe ressaltar que o tráfego de veículos pesados segue negativamente impactado pela isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos, uma das consequências da greve e em vigor desde o dia 31 de maio de 2018. Sobre este assunto, o poder concedente determinou o reequilíbrio econômico e financeiro através de reajuste tarifário contratual, em vigor desde 31 de dezembro de 2018.

A proporção de VEPs pesados, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, aumentou 0,6 p.p. na comparação do 6M19 com o 6M18.



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Receita Bruta	129.967	108.615	19,7%	259.692	208.817	24,4%
Receitas com Pedágio	92.131	74.610	23,5%	184.174	157.198	17,2%
Receitas Acessórias	4.216	3.930	7,3%	8.561	7.800	9,7%
Receita de Construção (IFRS)	33.620	30.075	11,8%	66.957	43.818	52,8%
Receita Bruta Ajustada¹	96.347	78.540	22,7%	192.735	165.000	16,8%
Deduções da Receita Bruta	(8.456)	(6.996)	20,9%	(16.998)	(14.660)	15,9%
Receita Líquida Ajustada¹	87.891	71.544	22,8%	175.737	150.339	16,9%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

Em 28 de dezembro de 2018, o Poder Concedente reconheceu que o não repasse do reajuste contratual em 2013 às tarifas de pedágio causou desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato de concessão. O restabelecimento da condição original do contrato de concessão da CART ocorreu por meio de reajuste tarifário vigente desde o dia 31 de dezembro de 2018.

A Receita Líquida Ajustada do 2T19 aumentou 22,8% frente a verificada no 2T18. No 6M19, o crescimento foi de 16,9% em relação a 2018. Nas Receitas com Pedágio, o aumento reflete tanto o maior volume de VEPs, especialmente os pesados, quanto os reajustes tarifários contratuais. As Receitas Acessórias aumentaram no mesmo período devido aos novos contratos de uso da faixa de domínio, principalmente os de cabeamento óptico, e aos reajustes contratuais aplicados. Em Receita de Construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Pessoal	(7.901)	(12.612)	-37,4%	(15.581)	(25.044)	-37,8%
Conservação & Manutenção	(13.240)	(9.222)	43,6%	(24.535)	(17.470)	40,4%
Operacionais	(7.771)	(6.698)	16,0%	(15.344)	(13.693)	12,1%
Despesas Administrativas	(12.566)	(2.379)	428,2%	(19.953)	(5.419)	268,2%
Custos & Despesas Administráveis	(41.478)	(30.912)	34,2%	(75.414)	(61.626)	22,4%
Outorga Variável	(2.890)	(1.178)	145,3%	(5.774)	(2.475)	133,3%
Depreciação & Amortização	(24.303)	(24.468)	-0,7%	(48.675)	(49.014)	-0,7%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(68.671)	(56.558)	21,4%	(129.863)	(113.115)	14,8%
Custo de Construção (IFRS)	(33.620)	(29.778)	12,9%	(66.957)	(43.384)	54,3%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.308)	(6.111)	36,0%	(16.616)	(12.222)	36,0%
Custos & Despesas Operacionais	(110.600)	(92.446)	19,6%	(213.436)	(168.722)	26,5%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

A partir de 2019, os custos e despesas compartilhados com a Matriz passaram a ser contabilizados em Despesas Administrativas. Na tabela a seguir estão os custos e despesas comparáveis, ou seja, valores reconciliados por natureza contábil, e na sequência as explicações para as variações.

Custos e Despesas Comparáveis (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Pessoal	(7.901)	(8.012)	-1,4%	(15.581)	(16.620)	-6,3%
Conservação & Manutenção	(13.240)	(8.338)	58,8%	(24.535)	(16.349)	50,1%
Operacionais	(7.771)	(7.266)	6,9%	(15.344)	(13.917)	10,3%
Despesas Administrativas	(12.566)	(7.296)	72,2%	(19.953)	(14.739)	35,4%
Custos & Despesas Administráveis	(41.478)	(30.912)	34,2%	(75.414)	(61.626)	22,4%
Outorga Variável	(2.890)	(1.178)	145,3%	(5.774)	(2.475)	133,3%
Depreciação & Amortização	(24.303)	(24.468)	-0,7%	(48.675)	(49.014)	-0,7%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(68.671)	(56.558)	21,4%	(129.863)	(113.115)	14,8%
Custo de Construção (IFRS)	(33.620)	(29.778)	12,9%	(66.957)	(43.384)	54,3%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.308)	(6.111)	36,0%	(16.616)	(12.222)	36,0%
Custos & Despesas Operacionais	(110.600)	(92.446)	19,6%	(213.436)	(168.722)	26,5%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

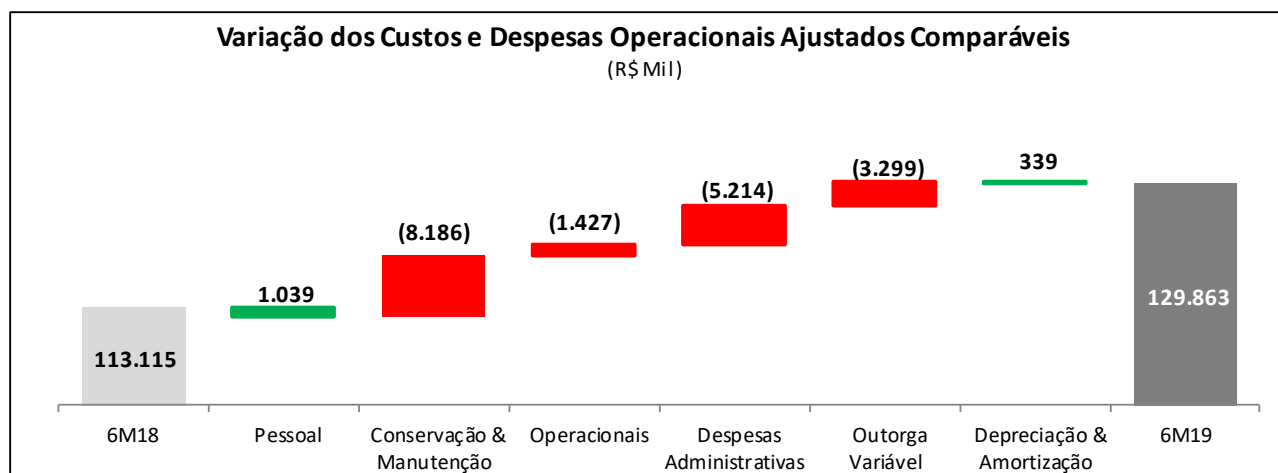
Os Custos & Despesas Administráveis aumentaram 34,2% no 2T19 em relação ao 2T18 e 22,4% na comparação entre os semestres.



O aumento em Pessoal é reflexo de maiores despesas com assistência médica. Em Conservação & Manutenção, houve maiores gastos com sinalização viária (pintura e tachas), com estabilização da via (terraplenos e recuperação de drenagem), além de manutenção e reconstituição de camada asfáltica. O aumento dos custos Operacionais é explicado pela renovação do contrato de aluguel de frota de veículos. Em Despesas Administrativas, foram registradas as despesas com os serviços de assessoria, consultoria financeira e jurídica relativas à

Assembleia Geral de Debenturistas, iniciada e suspensa em 16 de abril e reaberta em 5 de junho, onde deliberou-se pelo não vencimento antecipado das debêntures em circulação da Companhia, fato acionado por um rebaixamento de *rating* pela S&P em fevereiro no presente ano.

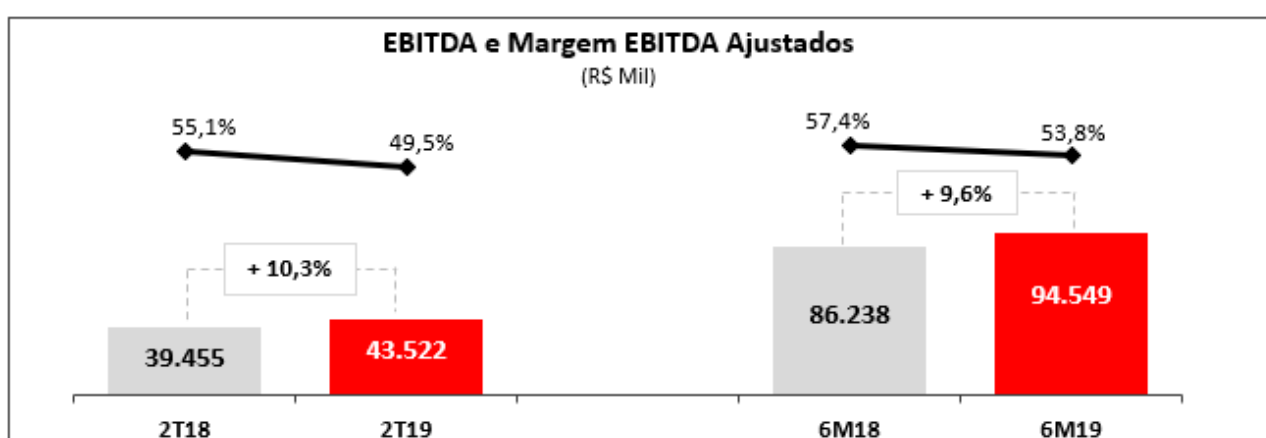
As maiores despesas com Outorga Variável estão diretamente relacionadas ao aumento da Receita Operacional da Companhia. Em Custos de Construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão, conforme demandas de obras. A Provisão de Manutenção varia conforme indicadores de desgaste da via.



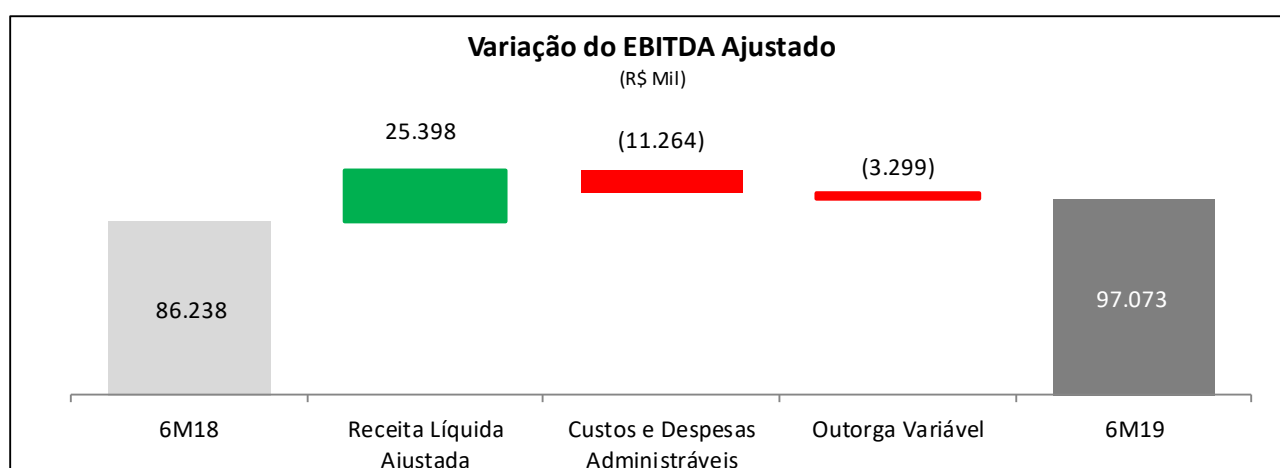
EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	(37.910)	(32.523)	16,6%	(60.477)	(56.388)	7,3%
Resultado Financeiro Líquido	50.047	42.735	17,1%	92.183	83.972	9,8%
IRPJ & CSLL	(1.227)	(1.039)	18,1%	(2.448)	(2.149)	13,9%
Depreciação e Amortização	24.304	24.468	-0,7%	48.675	49.014	-0,7%
EBITDA ICVM 527	35.214	33.642	4,7%	77.932	74.449	4,7%
Margem EBITDA	29,0%	33,1%	-4,1 p.p	32,1%	38,3%	-6,2 p.p
Receita de Construção (IFRS)	(33.620)	(30.075)	11,8%	(66.957)	(43.818)	52,8%
Custo de Construção (IFRS)	33.620	29.778	12,9%	66.957	43.384	54,3%
Provisão de Manutenção (IFRS)	8.308	6.111	36,0%	16.616	12.222	36,0%
EBITDA Ajustado¹	43.522	39.455	10,3%	94.549	86.238	9,6%
Margem EBITDA Ajustada¹	49,5%	55,1%	-5,6 p.p	53,8%	57,4%	-3,6 p.p

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção



O EBITDA Ajustado aumentou 10,3% no 2T19 e 9,6% no 6M19 comparado aos mesmos períodos de 2018. Este aumento está relacionado ao crescimento de 22,8% e de 16,9% na Receita Líquida Ajustada nos respectivos períodos. Dado que o aumento do EBITDA não acompanhou na mesma proporção o aumento da Receita Líquida, verificou-se uma queda na Margem EBITDA Ajustada do 2T19 e do 6M19.



RESULTADO FINANCEIRO

Inflação e Juros	6M19	6M18	▲
IPCA Últimos 12 Meses	3,37%	4,39%	-1,0 pp
CDI Final do Período	6,40%	6,39%	0,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	6,32%	7,35%	-1,0 pp
TJLP Final do Período	6,26%	6,60%	-0,3 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,71%	6,84%	-0,1 pp

<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

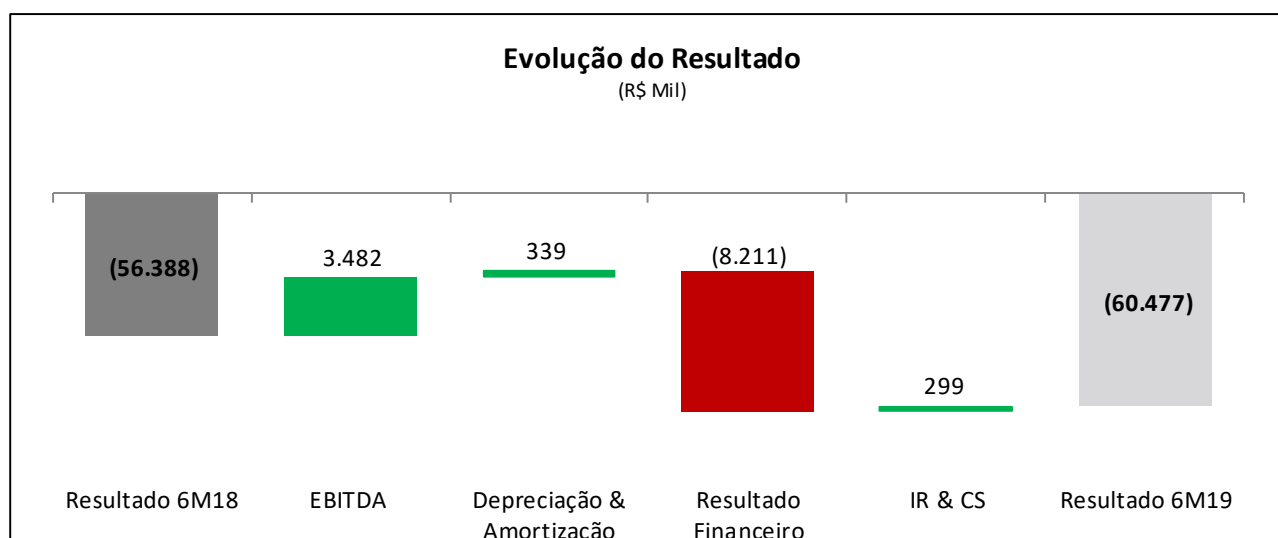
Resultado Financeiro (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Resultado Financeiro	(50.047)	(42.736)	17,1%	(92.183)	(83.975)	9,8%
Receitas Financeiras	1.615	1.636	-1,3%	2.866	3.420	-16,2%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.590	1.583	0,4%	2.822	3.299	-14,5%
Outros	25	53	-52,8%	44	121	-64,5%
Despesas Financeiras	(51.662)	(44.372)	16,4%	(95.049)	(87.395)	8,8%
Comissões e despesas bancárias	(10.096)	(184)	n.m	(10.096)	(298)	n.m
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(10.286)	879	n.m	(21.795)	(26.610)	-18,1%
Variação monetária passiva	(13.045)	(28.698)	-54,5%	(30.163)	(28.698)	5,1%
Juros sobre debêntures	(18.347)	(16.369)	12,1%	(32.894)	(31.680)	3,8%
Outros	112	-	n.m	(101)	(109)	-7,3%

O Resultado Financeiro Líquido reduziu 17,1% no 2T19 comparado ao 2T18 e 9,8% nos 6M19 em relação ao mesmo período de 2018. Isso aconteceu, principalmente, pelo aumento nas Despesas Financeiras em função do pagamento de *waiver fee* aos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures como contrapartida para o não vencimento antecipado dos papéis, como pode ser verificado no capítulo Disponibilidades e Endividamento deste *Release*. Compensou parcialmente este resultado a redução da variação monetária sobre a dívida, explicada pelo menor IPCA nos períodos analisados.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(37.910)	(32.524)	-16,6%	(60.478)	(56.388)	-7,3%

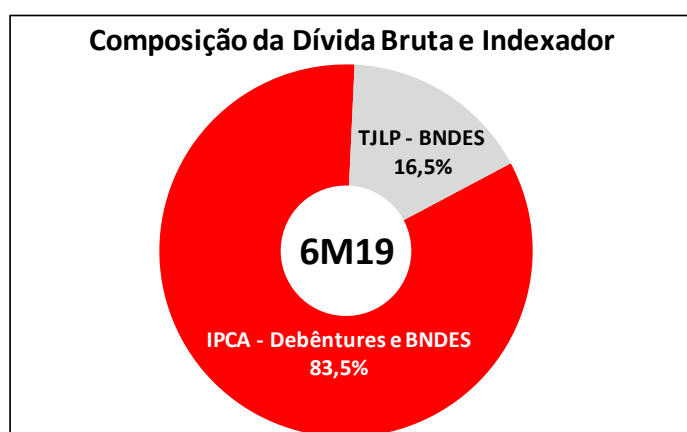
O resultado do 6M19 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 60,5 milhões. No 2T19, a queda é de 16,6% em relação ao 2T18. Esta piora ocorreu, principalmente, pelo aumento das Despesas Financeiras devido ao pagamento de *waiver fee* aos debenturistas, conforme já relatado. Este efeito foi parcialmente mitigado pelo crescimento do EBITDA Ajustado no mesmo período.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	6M19	6M18	▲
Dívida Bruta	(1.387.538)	(1.472.519)	-5,8%
Curto Prazo	(176.061)	(175.198)	0,5%
Empréstimos e Financiamentos	(129.596)	(128.401)	0,9%
Debêntures	(46.465)	(46.797)	-0,7%
Longo Prazo	(1.211.477)	(1.297.321)	-6,6%
Empréstimos e Financiamentos	(284.729)	(393.510)	-27,6%
Debêntures	(926.748)	(903.811)	2,5%
Disponibilidades	73.285	129.539	-43,4%
Caixa e equivalentes de caixa	3.516	8.804	-60,1%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	69.769	120.735	-42,2%
Dívida Líquida Ajustada	(1.314.253)	(1.342.980)	-2,1%

¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado comprometidos



A Dívida Bruta reduziu 5,8% no 6M19 em função do cronograma de amortizações sem contrapartida de novas captações.

Em 05 de junho de 2019, foi concluída a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da 2ª Emissão de Debêntures ("Emissão" ou "debêntures"), onde foi obtido *waiver* dos debenturistas para a não declaração de vencimento antecipado das debêntures. A necessidade de obtenção de *waiver* surgiu após revisão dos *ratings* da Companhia e da referida

emissão, em 11 de fevereiro de 2019, passando de 'brA-' para 'brBB-'. Esta ação de *rating* decorreu do rebaixamento da classificação de risco da Invepar, controladora da Companhia.

A AGD foi iniciada no dia 16 de abril de 2019, onde estiveram presentes os titulares de 75,02% das debêntures em circulação. No mesmo dia, para a 2ª série, foi verificado o quórum de deliberação de 92,20% das debêntures em circulação. Deste montante, 98,97% dos presentes decidiram por não declarar o vencimento antecipado da 2ª série. Com relação à 1ª série, os debenturistas decidiram por suspender as matérias constantes da ordem do dia para sua devida reabertura em 05 de junho de 2019. Na reabertura, os debenturistas detentores de 81,29% das debêntures da 1ª série e os debenturistas titulares de 91,62% das debêntures da 2ª série, deliberaram pela não declaração do vencimento antecipado e pela renúncia

temporária dos efeitos da cláusula 6.1, item “xxi” da Escritura da Emissão pelo prazo de 24 meses contados da data da referida AGD. Como contrapartida à deliberação, a Companhia se comprometeu a: i) pagar aos debenturistas, em até 30 dias contados da realização da AGD, um prêmio (*flat*) equivalente a 0,50% sobre o saldo atualizado das debêntures. O prêmio foi pago no dia 27 de junho de 2019; ii) aportar, a cada início de trimestre e em conta corrente específica, o equivalente a 25% do serviço da dívida anual das debêntures a título de reserva do pagamento para o ano em questão; e iii) a utilizar todo e qualquer valor de dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído para capitalização da própria Companhia.

Maiores informações sobre este assunto podem ser verificadas na nota explicativa nº 01 das Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2019.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	6M19	6M18	▲
Investimento Total	62.328	35.821	74,0%
Imobilizado	439	259	69,5%
Intangível	67.548	44.657	51,3%
Direito de Concessão (Investimento)	67.548	44.657	51,3%
(-) Transação Não Caixa	(5.659)	(8.661)	-34,7%
(-) Margem de Construção	-	(434)	n.m

No 1º semestre de 2019 foram investidos R\$ 62,3 milhões, destinados, principalmente, aos projetos de manutenção da pavimentação, com recuperação do asfalto do corredor principal, e de recuperação estrutural, com reforço e instalação de OAEs (obras de arte especiais).

SOBRE A COMPANHIA

A CART



A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O Grupo Invepar venceu a concorrência internacional realizada pelo governo do Estado de São Paulo em outubro, oferecendo a menor tarifa de pedágio.

O Corredor Raposo Tavares é formado pela SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, sendo 444 no eixo principal e 390 quilômetros de vicinais. As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e ao Norte do Paraná. Por isso, são de importância vital para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Sobre a Invepar

A Invepar é uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 20 anos, o maior comparado às demais empresas do setor no Brasil. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 20 anos.

DEPARTAMENTO DE RI

Diretor de Relações com Investidores

Enio Stein Junior

Equipe de Relações com Investidores

Nilton Pimentel

Livia Bragança

Aline Campos

Rafael Rondinelli



DRI@cart.invepar.com.br



+55 21 2211 1300

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2T19	2T18	▲	6M19	6M18	▲
Receita Bruta	129.967	108.615	19,7%	259.692	208.817	24,4%
Receitas com Pedágio	92.131	74.610	23,5%	184.174	157.198	17,2%
Receitas Acessórias	4.216	3.930	7,3%	8.561	7.801	9,7%
Receita de Construção (IFRS)	33.620	30.075	11,8%	66.957	43.818	52,8%
Deduções da Receita Bruta	(8.456)	(6.996)	20,9%	(16.998)	(14.660)	15,9%
Receita Líquida	121.511	101.619	19,6%	242.694	194.157	25,0%
Custos & Despesas	(110.600)	(92.446)	19,6%	(213.438)	(168.722)	26,5%
Pessoal	(7.901)	(12.612)	-37,4%	(15.581)	(25.044)	-37,8%
Conservação & Manutenção	(13.240)	(9.222)	43,6%	(24.535)	(17.470)	40,4%
Operacionais	(7.771)	(6.698)	16,0%	(15.344)	(13.693)	12,1%
Outorga Variável	(2.890)	(1.178)	145,3%	(5.774)	(2.475)	133,3%
Despesas Administrativas	(12.566)	(2.379)	428,2%	(19.953)	(5.419)	268,2%
Custo de Construção (IFRS)	(33.620)	(29.778)	12,9%	(66.957)	(43.384)	54,3%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.308)	(6.111)	36,0%	(16.616)	(12.222)	36,0%
Depreciação & Amortização	(24.303)	(24.468)	-0,7%	(48.675)	(49.014)	-0,7%
RESULTADO OPERACIONAL	10.912	9.173	19,0%	29.258	25.435	15,0%
Resultado Financeiro	(50.047)	(42.736)	17,1%	(92.183)	(83.972)	9,8%
Receitas Financeiras	1.615	1.636	-1,3%	2.866	3.420	-16,2%
Juros sobre Aplicações Financeiras	1.590	1.583	0,4%	2.822	3.299	-14,5%
Outros	25	53	-52,8%	44	121	-64,5%
Despesas Financeiras	(51.662)	(44.372)	16,4%	(95.049)	(87.395)	8,8%
Comissões e despesas bancárias	(10.096)	(184)	n.m	(10.096)	(298)	n.m
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(10.286)	879	n.m	(21.795)	(26.610)	-18,1%
Variação monetária passiva	(13.045)	(28.698)	-54,5%	(30.163)	(28.698)	5,1%
Juros sobre debêntures	(18.347)	(16.369)	12,1%	(32.894)	(31.680)	3,8%
Outros	112	-	n.m	(101)	(109)	-7,3%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(39.134)	(33.563)	16,6%	(62.925)	(58.537)	7,5%
Imposto de Renda Diferido	902	764	18,2%	1.800	1.580	14,0%
Contribuição Social Diferida	325	275	18,2%	648	569	14,1%
IR & CSL	1.225	1.039	18,0%	2.446	2.149	13,9%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(37.910)	(32.524)	16,6%	(60.478)	(56.388)	7,3%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	6M19	2018
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.516	13.861
Créditos a receber	21.616	20.395
Estoques	2.535	2.287
Impostos a recuperar	1.206	718
Adiantamentos	1.591	2.065
Partes relacionadas	-	1.094
Total do Circulante	30.464	40.420
Ativo não Circulante		
Partes relacionadas	521	524
Impostos diferidos ativos	11.425	8.976
Depósitos judiciais	15.572	18.938
Outros	9	9
Imobilizado	3.784	4.605
Intangível	2.306.735	2.286.603
Total do Não Circulante	2.338.046	2.319.655
TOTAL DO ATIVO	2.368.510	2.360.075

Passivo (R\$ Mil)	6M19	2018
Passivo Circulante		
Fornecedores	26.873	33.795
Empréstimos e financiamentos	129.596	141.158
Debêntures	46.465	16.889
Impostos a recolher	3.749	4.095
Obrigações com empregados e administradores	6.778	5.479
Concessão de serviço público	970	504
Partes relacionadas	6.364	14.614
Receita Diferida	6.639	8.805
Outros	862	714
Total do Circulante	228.296	226.053
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	284.729	358.306
Debêntures	926.748	943.134
Partes relacionadas	143	143
Provisão para riscos processuais	59.900	57.782
Receita diferida	40.239	41.338
Provisão para manutenção	135.067	118.451
Total do Não Circulante	1.446.826	1.519.154
TOTAL DO PASSIVO	1.675.122	1.745.206
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.180.000	1.180.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	519.500	380.500
Prejuízos Acumulados	(1.006.110)	(945.632)
Total do Patrimônio Líquido	693.390	614.868
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.368.510	2.360.075

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

Relatório de Revisão do Auditor
Independente acompanhado das
Informações Contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2019

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 duas novas praças

iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”).

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$197.831 (R\$185.633 em 31 de dezembro de 2018), causado, principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$176.061.

Em complemento a geração de fluxo de caixa das operações projetado, para a concretização do seu plano de negócio, a Companhia possui dependência de aportes do acionista INVEPAR.

A Companhia emitiu debêntures (2ª emissão de debêntures – “Debêntures CART”) que possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco atribuída às Debêntures CART igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou o rating da emissora e o rating atribuído às Debêntures CART, ambos passando de ‘brA-’ para ‘brBB-’ em Escala Nacional Brasil, permanecendo ambos com CreditWatch negativo. Esta ação de rating decorreu do rebaixamento da classificação de risco da INVEPAR, que passou de ‘B’ para ‘CCC+’ na Escala Global e de ‘brA-’ para ‘brBB-’ na Escala Nacional Brasil.

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido, e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures CART, nos termos dos documentos da operação foi necessário convocar Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para que fosse votado pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures (“Waiver”). Neste sentido, a CART convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para o dia 16 de abril de 2019. Na data em questão, a AGD foi realizada e foi verificado o quórum de deliberação de 92,20% das debêntures em circulação da 2ª série da 2ª Emissão de Debêntures da CART, as quais deliberaram por 98,97% das Debêntures presentes, decidiram por não declarar o vencimento antecipado da 2ª série da Emissão, pelo prazo de vinte e quatro meses da data da assembleia, com condições resolutivas, conforme ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, em série única, da CART, realizada em primeira convocação em 16 de abril de 2019.

Com relação à 1ª Série da 2ª Emissão da CART, os Debenturistas decidiram por suspender as matérias constantes da Ordem do dia, para sua devida reabertura em 05 de junho de 2019, nessa data, os debenturistas da 1ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, com as seguintes condições:

- a) A CART pagou aos debenturistas um prêmio (flat) sobre o saldo atualizado das Debêntures na data da aprovação do Waiver; e

- b) A cada início de trimestre após a realização da AGD, a CART se comprometeu a aportar em conta corrente cedida fiduciariamente aos Debenturistas no âmbito da Emissão, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (Valor Nominal Unitário + Remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão.

As aprovações para não declaração do vencimento antecipado foram através da renúncia temporária da cláusula de rebaixamento de rating pelo prazo de 24 meses, com pagamento de “waiver fee” e sem repactuação de taxas.

Em 10 de maio de 2019, a Administração da INVEPAR divulgou o Fato Relevante no qual informou que contratou assessor financeiro para a busca de potenciais investidores para aquisição de até 100% da participação da Companhia na sua Controlada CART.

A Companhia esclarece, ainda, que as discussões acerca da potencial venda das ações da CART encontram-se em estágio inicial podendo, a qualquer momento, serem suspensas ou canceladas pela Companhia. Portanto, não há no momento qualquer contrato, acordo ou termo de compra e venda das ações da CART firmado pela Companhia, ainda que sob condições suspensivas, bem como não foi concedida exclusividade ou direito de preferência nesta operação para qualquer investidor ou grupo de investidores.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 12 de agosto de 2019, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018”), publicadas na imprensa oficial em 28 de março de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, das seguintes normas:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. A IFRS

16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

- IFRIC 23/ICPC22 - Incerteza sobre o Tratamento do Tributo sobre o Lucro. Essa norma esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 - Tributos sobre o lucro.

Não houve impacto da aplicação dessas normas nas informações contábeis intermediárias

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.514	11.532
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	2	2
Fundo Mover	-	2.327
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.516	13.861

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 30 de junho de 2019, a Companhia não possuía aplicações financeiras (taxa média de 98,81% em 31 de dezembro de 2018).

4. CONTAS A RECEBER

	30/06/2019	31/12/2018
AVI (a)	18.975	18.020
Vale pedágio	1.277	983
Locação de fibra óptica	419	347
Outros	945	1.045
Total	21.616	20.395

(a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 22 dias.

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
			< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
30 de junho de 2019	21.616	21.213	63	119	-	5	193	11	12
31 de dezembro de 2018	20.395	19.838	86	457	14	-	-	-	-

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	30/06/2019	31/12/2018
IRRF sobre aplicações financeiras	455	718
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição :	751	-
Total circulante	1.206	718

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	30/06/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal	58.807	58.807
Base negativa	21.171	21.171
Amortização de direito de concessão	(45.783)	(46.942)
Custo de Captação	(12.591)	(13.623)
Margem de construção	(8.340)	(8.551)
Margem de construção (Lei 12.973)	(1.839)	(1.886)
Total	11.425	8.976
Impostos diferidos – Ativo	79.978	79.978
Impostos diferidos – Passivo	(68.553)	(71.002)

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura para os próximos dez anos, no montante acumulado de R\$329.513 (R\$310.679 saldo em 31 de dezembro de 2018).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	30/06/2019
2024 a 2026	9.472
2027 em diante	70.506
Total dos ativos fiscais diferidos	79.978
Total dos passivos fiscais diferidos	(68.553)
Total dos impostos diferidos	11.425

c) Tributos a recolher

	30/06/2019	31/12/2018
PIS e COFINS	1.208	1.308
ISS	1.714	2.174
IRRF e CSRF	602	318
INSS sobre terceiros	225	295
Total circulante	3.749	4.095

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(62.926)	(58.537)	(39.138)	(33.562)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	21.394	19.903	13.307	11.411
Adições permanentes	(113)	(255)	(57)	(248)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(18.834)	(17.499)	(12.024)	(10.121)
Outros	-	-	-	(3)
Total de impostos no resultado	2.447	2.149	1.226	1.039
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado	2.447	2.149	1.226	1.039

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

30/06/2019							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	521	-	-	-
INVE PAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	-	-	6.364	-	(12.946)
Total			-	521	6.364	143	(12.946)

31/12/2018							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
VIA 040	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	4	-	-	-
METRORIO	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	100	-
LAMSA	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	41	-
CLN	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	-	-	2	-
GRU - AIRPORT	Compartilhamento de despesas (*)	Coligada	-	520	-	-	-
INVE PAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	1.094	-	14.614	-	(11.661)
			1.094	524	14.614	143	(11.661)

(*) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico de uso

efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.158.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o período:

Composição	30/06/2019	31/12/2018
Pró-labore	377	768
Bônus variáveis	306	837
Encargos	75	321
Outros benefícios	67	119
Total	825	2.045

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	30/06/2019
Custo					
Instalações	25	165	-	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.396	61	-	6.457
Móveis e utensílios	10	4.025	55	-	4.080
Veículos	5	3.621	-	-	3.621
Equipamentos de informática	5	39.820	323	-	40.143
Ferramentas e aparelhos	5	329	-	-	329
		<u>54.356</u>	<u>439</u>	<u>-</u>	<u>54.795</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(45)	(3)	-	(49)
Máquinas e equipamentos		(5.491)	(201)	-	(5.692)
Móveis e utensílios		(3.721)	(43)	-	(3.763)
Veículos		(3.226)	(225)	-	(3.451)
Equipamentos de informática		(36.948)	(785)	-	(37.733)
Ferramentas e aparelhos		(320)	(2)	-	(323)
		<u>(49.751)</u>	<u>(1.259)</u>	<u>-</u>	<u>(51.011)</u>
Imobilizado líquido		<u>4.605</u>	<u>(820)</u>	<u>-</u>	<u>3.784</u>

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo					
Instalações	25	164	1	-	165
Máquinas e equipamentos	10	6.176	282	(62)	6.396
Móveis e utensílios	10	3.919	122	(16)	4.025
Veículos	5	3.586	35	-	3.621
Equipamentos de informática	5	39.356	500	(36)	39.820
Ferramentas e aparelhos	5	327	2	-	329
		<u>53.528</u>	<u>942</u>	<u>(114)</u>	<u>54.356</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(38)	(7)	-	(45)
Máquinas e equipamentos		(5.178)	(375)	62	(5.491)
Móveis e utensílios		(3.550)	(187)	16	(3.721)
Veículos		(2.648)	(578)	-	(3.226)
Equipamentos de informática		(35.161)	(1.823)	36	(36.948)
Ferramentas e aparelhos		(312)	(8)	-	(320)
		<u>(46.887)</u>	<u>(2.978)</u>	<u>114</u>	<u>(49.751)</u>
Imobilizado líquido		<u>6.641</u>	<u>(2.036)</u>	<u>-</u>	<u>4.605</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Vida útil em anos	31/12/2018	Adições	Baixas	30/06/2019
Custo					
Software	5	10.713	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.285.330	67.548	-	2.352.878
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		<u>2.930.063</u>	<u>67.548</u>	<u>-</u>	<u>2.997.611</u>
Amortização					
Software		(9.417)	(319)	-	(9.736)
Marcas e patentes		(16)	(1)	-	(17)
Direito de concessão		(427.661)	(36.529)	-	(464.190)
Outorga fixa		(206.366)	(10.567)	-	(216.933)
Amortização acumulada		<u>(643.460)</u>	<u>(47.416)</u>	<u>-</u>	<u>(690.876)</u>
Intangível líquido		<u>2.286.603</u>	<u>20.132</u>	<u>-</u>	<u>2.306.735</u>

	Vida útil em anos	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo					
Software	5	10.713	-	-	10.713
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	2.093.591	192.518	(779)	2.285.330
Outorga fixa	(*)	634.000	-	-	634.000
		<u>2.738.324</u>	<u>192.518</u>	<u>(779)</u>	<u>2.930.063</u>
Amortização					
Software		(8.705)	(712)	-	(9.417)
Marcas e patentes		(13)	(3)	-	(16)
Direito de concessão		(354.879)	(72.924)	142	(427.661)
Outorga fixa		(185.233)	(21.133)	-	(206.366)
Amortização acumulada		<u>(548.830)</u>	<u>(94.772)</u>	<u>142</u>	<u>(643.460)</u>
Intangível líquido		<u>2.189.494</u>	<u>97.746</u>	<u>(637)</u>	<u>2.286.603</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de junho de 2019.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

9. FORNECEDORES

	30/06/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	26.873	33.790
Fornecedores internacionais	-	5
Circulante	<u>26.873</u>	<u>33.795</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2018	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/06/2019
		Principal	Juros				
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	81.741	(40.491)	(11.392)	11.208	857	39.883	81.806
Sênior - BNDES - IPCA	59.417	(41.295)	(23.467)	10.587	6.150	36.398	47.790
Total	<u>141.158</u>	<u>(81.786)</u>	<u>(34.859)</u>	<u>21.795</u>	<u>7.007</u>	<u>76.281</u>	<u>129.596</u>
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	212.679	-	-	-	-	(39.883)	172.796
Sênior - BNDES - IPCA	218.100	-	-	-	-	(36.398)	181.702
Total	<u>430.779</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(76.281)</u>	<u>354.498</u>
Total geral	<u>571.937</u>	<u>(81.786)</u>	<u>(34.859)</u>	<u>21.795</u>	<u>7.007</u>	<u>-</u>	<u>484.094</u>
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(72.473)						(69.769)
Dívida líquida	<u>499.464</u>						<u>414.325</u>

	31/12/2017	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2018
		Principal	Juros				
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	81.604	(80.528)	(27.871)	27.453	551	80.532	81.741
Sênior - BNDES - IPCA	59.956	(39.749)	(26.167)	23.672	1.956	39.749	59.417
Conta garantida - Bradesco	219	(219)	(20)	-	20	-	-
Total	<u>141.779</u>	<u>(120.496)</u>	<u>(54.058)</u>	<u>51.125</u>	<u>2.527</u>	<u>120.281</u>	<u>141.158</u>
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	291.480	-	-	-	1.731	(80.532)	212.679
Sênior - BNDES - IPCA	249.579	-	-	-	8.270	(39.749)	218.100
Total	<u>541.059</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.001</u>	<u>(120.281)</u>	<u>430.779</u>
Total geral	<u>682.838</u>	<u>(120.496)</u>	<u>(54.058)</u>	<u>51.125</u>	<u>12.528</u>	<u>-</u>	<u>571.937</u>
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(73.421)						(72.473)
Dívida líquida	<u>609.417</u>						<u>499.464</u>

(*) Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos

Financeiros: Apresentação, as aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos estão apresentadas no passivo não circulante em 30 de junho de 2019. As aplicações financeiras no montante de R\$69.769 em 30 de junho de 2019 (R\$72.473 em 31 de dezembro de 2018) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Certificados de Depósitos Bancários					
Pós- fixado			Abr/19 a		
Compromissadas com BNDES	91,50%	CDI	Nov/19	69.769	72.473

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 95,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2018, a taxa média de 96,52% do CDI).

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 30 de junho de 2019 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2018), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, anualmente junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

(1) O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. DEBÊNTURES

	31/12/2018	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	30/06/2019
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	23.007				29.195	938		53.140
Custos a amortizar	(6.118)	3.034					(3.591)	(6.675)
Total	16.889	3.034	-	-	29.195	938	(3.591)	46.465
Passivo não circulante								
Debêntures	984.104					22.708		1.006.812
Custos a amortizar	(33.950)						3.591	(30.359)
Total	950.154	-	-	-	-	22.708	3.591	976.453
Total geral	967.043	3.034	-	-	29.195	23.646	-	1.022.918
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.020)							(49.705)
Dívida líquida	960.023							973.213

	31/12/2017	Custo de captação amortizado	Pagamento		Provisão juros	Variação monetária	Transferências	31/12/2018
			Principal	Juros				
Passivo circulante								
Debêntures	22.408	-	(21.426)	(60.221)	60.030	395	21.821	23.007
Custos a amortizar	(5.149)	5.148	-	-	-	-	(6.117)	(6.118)
Total	17.259	5.148	(21.426)	(60.221)	60.030	395	15.704	16.889
Passivo não circulante								
Debêntures	967.243	-	-	-	-	38.682	(21.821)	984.104
Custos a amortizar	(40.067)	-	-	-	-	-	6.117	(33.950)
Total	927.176	-	-	-	-	38.682	(15.704)	950.154
Total geral	944.435	5.148	(21.426)	(60.221)	60.030	39.077	-	967.043
Aplicações financeiras vinculadas (*)	(7.105)							(7.021)
Dívida líquida	937.330							960.022

(*) As aplicações financeiras no montante de R\$49.705 em 30 de junho de 2019 (R\$7.021 em 31 de dezembro de 2018) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures. São classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a uma taxa média de 95,00% do CDI (em 31 de dezembro de 2018, a taxa de 96,52% do CDI).

Objeto	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2019</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	536.712
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	523.240
(-) Custos de transação - Debêntures				(37.034)
Subtotal				1.022.918
(-) Aplicações financeiras vinculadas (*)				(49.705)
Debêntures líquidas				973.213
Parcelas do circulante				46.465
Parcelas do não circulante				926.748

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado			Nov/19 a		
Compromissadas com Debêntures	95,00%	CDI	Abr/20	49.705	7.021

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures teriam o prazo de vencimento de 12 anos, venceriam em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios seriam pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de junho de 2019 é de R\$37.034 (R\$40.068 em 31 de dezembro de 2018).

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures CART, conforme mencionado na nota 1, foi aprovada na Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a não declaração do vencimento antecipado através da renúncia temporária da cláusula de rebaixamento de rating pelo prazo de 24 meses, e portanto, classificado o saldo com vencimento no longo prazo.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações contábeis auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾ EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

Hipóteses de Vencimento Cruzado

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, Metrô, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas INVEPAR, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas INVEPAR, CART, LAMSA e MetrôBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

Empresa	Rating limite
INVEPAR	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 8, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de junho de 2019 é de R\$970 (R\$504 em 31 de dezembro de 2018).

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$5.308 (R\$2.533 em 30 de junho de 2018) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$24.403. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$136.146. Vigência de 12 meses.

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco

Natureza do risco	30/06/2019		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	6.009	17.854	23.864
Cíveis	3.766	34.785	38.551
Procedimentos Arbitrais	50.125	63.277	113.402
Total	59.900	115.916	175.816

Natureza do risco	31/12/2018		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	4.924	17.501	22.425
Cíveis	2.733	31.577	34.310
Procedimentos Arbitrais	50.125	63.277	113.402
Total	57.782	112.355	170.137

(a) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza do risco	31/12/2018	Atualização monetária	Constituição	Reversões/pagamentos	30/06/2019
Trabalhistas	4.924		1.660	(575)	6.009
Cíveis	2.733		1.775	(742)	3.766
Procedimentos Arbitrais (a)	50.125	-	-	-	50.125
Total	57.782	-	3.435	(1.317)	59.900

Natureza do risco	31/12/2017	Atualização monetária	Constituição	Reversões/pagamentos	31/12/2018
Trabalhistas	3.986	-	4.926	(3.988)	4.924
Cíveis	2.345	-	2.448	(2.060)	2.733
Procedimentos Arbitrais (a)	-	-	50.125	-	50.125
Total	6.331	-	57.499	(6.048)	57.782

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. Detalhamos abaixo as principais causas:

i. Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Foi realizada perícia judicial. Em 04 de julho de 2017 foi apresentado o laudo pericial para manifestação da CART, que apresentou sua manifestação em 04 de agosto de 2017.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de junho de 2019 é de R\$ 12.553.

ii. Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente. Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3, bem como especificar provas pelas partes. Em 20 de maio de 2018 foi proferida decisão nos autos da ACP que envolve a Nascente Água do Óleo, suscitando conflito negativo de competência com a Vara Cível, portanto, o processo irá para o TJSP para julgamento do incidente processual em tela.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de junho de 2019, é de R\$ 2.325.

iii. Em 25 de outubro de 2016, o Ministério Público Estadual (GAEMA) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2012 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna. A CART foi citada em 19 de julho de 2017 e apresentou defesa em 30 de agosto de 2017. Em 17 de outubro de 2017, houve juntada da réplica pelo Ministério Público Estadual.

Em 12 de março de 2018, o juiz deferiu a suspensão do processo pelo prazo de 180 dias em virtude de solicitação da CETESB. O MP agravou da decisão, recurso este ainda pendente de julgamento.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de junho de 2019 é de R\$ 1.973.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial e parte relacionada), com valor provisório atribuído de R\$450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela OAS S.A., e por outro lado, entende que OAS S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART respondeu ao pedido

de instauração de procedimento arbitral, apresentando seus contra pleitos, aos quais se atribuíram provisoriamente o valor de R\$350.000.

Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS S.A., dando continuidade ao processo arbitral firmaram Termo de Arbitragem para instauração do procedimento arbitral.

No dia 29 de junho de 2018 as partes apresentaram alegações iniciais, que foram respondidas, por ambas as partes, em 31 de agosto de 2018. As peças foram replicadas em 28 de setembro de 2018 e as réplicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da OAS de R\$50.125 como provável, reconhecidos como direito de concessão, R\$63.277 como possível e R\$362.609 como remoto.

Nenhum registro contábil foi realizado referente ao prognóstico dos pleitos da CART sendo R\$213.325 avaliados como ganho provável, consubstanciada na opinião de seus assessores externos.

d) Depósitos Judiciais

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo à decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado(estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 30 de junho de 2019, o montante é de R\$2.679 (em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$1.899).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando entramos com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 30 de junho de 2019, o montante é de R\$ 12.893 (em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$17.039).

14. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do período pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Infraestrutura de telecomunicação	46.878	49.748
Outros	-	395
Total	<u>46.878</u>	<u>50.143</u>
Circulante	6.639	8.805
Não circulante	40.239	41.338

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2019</u>
Não circulante	118.451	16.615	135.066
Total	<u>118.451</u>	<u>16.615</u>	<u>135.066</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2018</u>
Não circulante	94.372	24.079	118.451
Total	<u>94.372</u>	<u>24.079</u>	<u>118.451</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.180.000, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
INVEPAR	519.500	380.500
	<u>519.500</u>	<u>380.500</u>

Durante o primeiro semestre de 2019, a controladora efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital que totalizaram R\$ 139.000, tendo em vista a necessidade de autorização prévia da ARTESP para a incorporação dos valores ao capital social da Companhia. Cabe ressaltar a total intenção da INVEPAR na integralização deste capital, restando apenas trâmites societários.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 30 de junho de 2019 e 2018 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
Receita de pedágio	184.174	157.198	92.131	74.610
Receitas acessórias	8.385	7.703	4.187	3.902
Outras receitas	176	98	29	28
Impostos, deduções e cancelamentos	(16.998)	(14.660)	(8.456)	(6.996)
Receita de serviços	175.737	150.339	87.891	71.544
Receita de construção	66.957	43.818	33.620	30.075
Receita total	<u>242.694</u>	<u>194.157</u>	<u>121.511</u>	<u>101.619</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

Custos e despesas por natureza

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
				-
Pessoal	(15.581)	(25.044)	(7.901)	(12.612)
Conservação e manutenção	(24.535)	(17.470)	(13.240)	(9.222)
Despesas administrativas	(17.502)	(5.147)	(10.123)	(2.095)
Operacionais	(15.344)	(13.693)	(7.771)	(6.698)
Outorga variável	(5.774)	(2.475)	(2.890)	(1.178)
Custo de construção	(66.957)	(43.384)	(33.620)	(29.778)
Provisão de manutenção	(16.616)	(12.222)	(8.308)	(6.111)
Depreciação e amortização	(48.675)	(49.014)	(24.303)	(24.468)
Perda no recebimento de crédito e riscos	(2.528)	(432)	(2.503)	(436)
Outras receitas (despesas) operacionais	76	59	59	152
	<u>(213.436)</u>	<u>(168.822)</u>	<u>(110.601)</u>	<u>(92.446)</u>
Custo de serviços prestados	(121.314)	(105.784)	(61.784)	(53.601)
Custo de construção	(66.957)	(43.384)	(33.620)	(29.778)
Despesas gerais e administrativas	(25.241)	(19.714)	(15.255)	(9.219)
Outras receitas (despesas) operacionais	76	160	59	152
	<u>(213.436)</u>	<u>(168.722)</u>	<u>(110.600)</u>	<u>(92.446)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	2.822	3.299	1.590	1.583
Outros	44	121	25	53
Total receitas financeiras	<u>2.866</u>	<u>3.420</u>	<u>1.615</u>	<u>1.636</u>
Despesas financeiras				
Comissões e despesas bancárias (a)	(10.096)	(298)	(10.096)	(184)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.795)	(26.610)	(10.286)	879
Variação monetária passiva	(30.163)	(28.698)	(13.045)	(28.698)
Juros sobre debêntures	(32.894)	(31.680)	(18.347)	(16.369)
Outros	(101)	(109)	112	-
Total despesas financeiras	<u>(95.049)</u>	<u>(87.395)</u>	<u>(51.662)</u>	<u>(44.372)</u>
Total resultado financeiro	<u>(92.183)</u>	<u>(83.972)</u>	<u>(50.047)</u>	<u>(42.736)</u>

(a) Foram registradas as despesas inerentes ao waiver do vencimento antecipado das debêntures, conforme mencionado na nota 1, prêmio flat aos debenturistas e despesa com prestação de serviço do agente fiduciário envolvido na operação.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2019 a 30/06/2019			01/01/2018 a 30/06/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(30.239)	(30.239)	(60.478)	(28.194)	(28.194)	(56.388)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.308.195	1.308.195	2.616.390	1.303.481	1.303.481	2.606.962
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,023)</u>	<u>(0,023)</u>		<u>(0,022)</u>	<u>(0,022)</u>	
	01/04/2019 a 30/06/2019			01/04/2018 a 30/06/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(18.955)	(18.955)	(37.909)	(16.262)	(16.262)	(35.523)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	1.308.195	1.308.195	2.616.390	1.303.481	1.303.481	2.606.962
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,014)</u>	<u>(0,014)</u>		<u>(0,012)</u>	<u>(0,012)</u>	

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 30 de junho de 2019, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora	Objeto
		Início	Vencimento		
Garantia ampliações	R\$ 24.403	16/03/2019	16/03/2020	Fator	(a)
Garantia funções operacionais	R\$ 136.146	16/03/2019	16/03/2020	Fator	(b)
Responsabilidade civil	R\$ 100.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$ 280.000	01/08/2019	01/08/2020	Tokio Marine	(d)
D&O	R\$ 100.000	04/05/2019	04/05/2020	XL Seguros	-
AUTO FROTA	110 % FIPE	24/08/2018	24/08/2019	Itaú	-

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares,

correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Instrumentos financeiros	30/06/2019		31/12/2018	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.516	-	13.861	-
Contas a receber	-	21.616	-	20.395
Partes relacionadas	-	521	-	1.619
Total do ativo	3.516	22.137	13.861	22.014
Passivos				
Fornecedores	-	26.873	-	33.795
Partes relacionadas	-	6.507	-	14.757
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.387.538	-	1.459.487
Concessão de serviço público	-	970	-	504
Obrigações com empregados e administradores	-	6.778	-	5.479
Total do passivo	-	1.428.666	-	1.514.022

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 30 de junho de 2019 tinham o valor de R\$973.213 (R\$960.023 em 31 de dezembro de 2018).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

c) Exposição a riscos de créditos

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta valores a receber de R\$21.616, sendo 48,10% deste total, valores a receber do Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A – CGMP, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”). Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

30 de junho de 2019	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	176.061	829.220	382.257	1.387.538
Fornecedores	26.873	-	-	26.873
Concessão de serviço público	970	-	-	970

31 de dezembro de 2018	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	158.047	910.812	390.628	1.459.487
Fornecedores	33.795	-	-	33.795
Concessão de serviço público	504	-	-	504

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários são apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	7,16%	4,86%	3,24%
TJLP (% ao ano)	6,62%	8,39%	10,07%
IPCA Ativo (% ao ano)	4,13%	2,93%	1,95%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,13%	4,88%	5,85%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de junho de 2019, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
BNDES	TJLP	254.602	16.855	21.361	25.638
BNDES	IPCA	229.492	9.478	11.199	13.425
Debênture	IPCA	1.059.952	43.776	51.726	62.007
Total		1.544.046	70.109	84.286	101.070
Aplicações financeiras vinculadas (*)	DI	(119.474)	(8.554)	(5.806)	(3.871)
Total		1.424.572	61.555	78.480	97.199

(*) Registrado no ativo circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros (vide Notas explicativas nºs 9 e 10).

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI, Selic e IPCA.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.387.538	1.459.487
Caixa e equivalentes de caixa	(3.516)	(13.861)
Dívida líquida	1.384.022	1.445.626
Patrimônio líquido	693.390	614.868
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.077.412	2.060.494

h) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	30/06/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	3.516	-	3.516	-
Total	3.516	-	3.516	-
Empréstimos e financiamentos	414.325	-	414.325	-
Debêntures	973.213	-	973.213	-
Concessão de serviço público	970	-	970	-
Total	1.388.508	-	1.388.508	-

Mensurados a valor justo Ativos e Passivos financeiros	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	13.861	-	13.861	-
Total	13.861	-	13.861	-
Empréstimos e financiamentos	499.464	-	499.464	-
Debêntures	960.023	-	960.023	-
Concessão de serviço público	504	-	504	-
Total	1.459.991	-	1.459.991	-

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	30/06/2019	30/06/2018
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	5.659	8.661
	5.659	8.661

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas explicativas nº. 1.1. às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 60.478 mil e prejuízos acumulados de R\$ 1.106.110 mil no período findo em 30 de junho de 2019 e, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 197.831 mil causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos e debêntures no montante de R\$ 176.061 mil. Em 30 de junho de 2019, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa nº 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Procedimento arbitral

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 13.c às informações contábeis intermediárias, que inclui informações referentes ao recebimento pela Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. CART, em 24 de fevereiro de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. Em 16 de março de 2017, seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, a CART apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. Em 17 de outubro de 2017, a CART e a OAS firmaram Termo de Arbitragem para a instauração de procedimento arbitral. Em 28 de setembro de 2018 as peças foram replicadas e as trélicas foram apresentadas em 26 de outubro de 2018. Dessa forma, em 30 de junho de 2019, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos externos, registraram a parcela do processo arbitral com probabilidade de perda provável e realizaram as divulgações referentes às perdas possíveis e aos pleitos solicitados pela Companhia com a probabilidade de êxito. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos procedimentos de revisão descritos anteriormente e

apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2019.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 S - SP
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Declaração os Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as informações contábeis trimestrais relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Cart declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 12 de agosto de 2019, referente às informações contábeis trimestrais relativo ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.
